

APELO INTER-AGÊNCIAS PARA OS REFUGIADOS EM ANGOLA

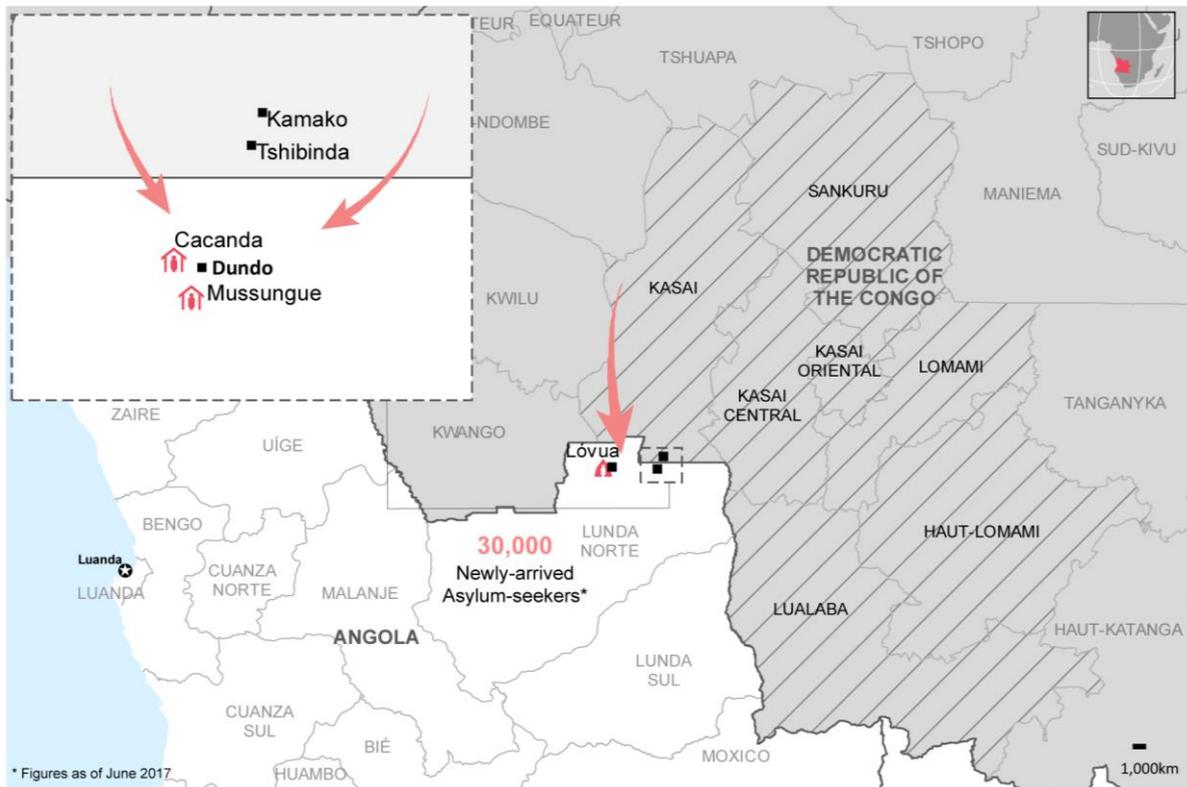
Abril – Dezembro de 2017



12 de Junho de 2017

UNICEF/ M.Gonzalez

Este documento é uma tradução, em caso de inconsistências, será utilizada a versão Inglesa.



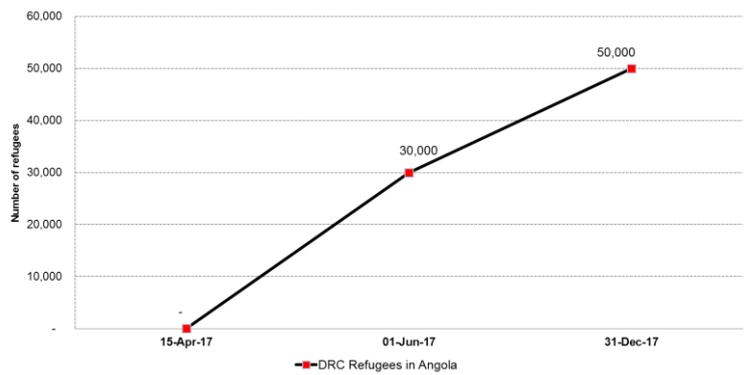
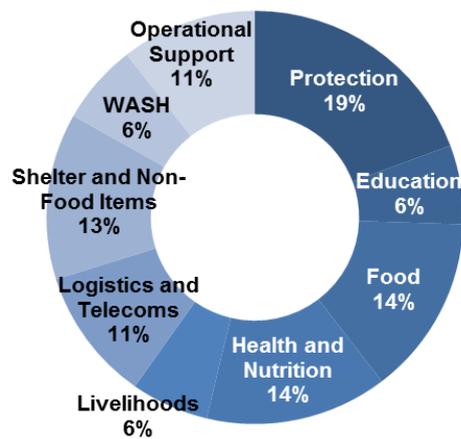
The boundaries and names shown and the designations used on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations.

Create date: 08 June 2017 Sources: UNHCRS, UNCS, Angolan Government

Areas affected by outbreak of violence since August 2016
 Planned refugee camp
 Reception centre
 Congolese refugees

Requisitos financeiros (dólares americanos) Evolução demográfica

USD 65 507 610



VISÃO ESTRATÉGICA

Período	Abril – Dezembro de 2017
População actual	30 000 em 29 de Maio de 2017
Números de população previstos	50 000
Beneficiários-alvo	50 000
Requisitos financeiros	USD 65 507 610
Número de parceiros	13

PARCEIROS NA RESPOSTA

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) | OIM (Organização Internacional para as Migrações) | JRS (Serviço Jesuíta aos Refugiados) | MAG | ONUSIDA (Agência das Nações Unidas para a Sida) | PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) | UNDSS (Departamento de Segurança e Protecção das Nações Unidas) | FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) | ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) | UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) | UNRCO (Coordenador Residente das Nações Unidas) | PAM (Programa Alimentar Mundial) | OMS (Organização Mundial de Saúde) |

FUNDAMENTOS

Uma emergência complexa está a desenrolar-se na região do Kasai, na República Democrática do Congo (RDC), como resultado de tensões entre as comunidades e de confrontos entre grupos de milícia, as forças armadas congoleesas e grupos de auto-defesa e entre grupos de milícia rivais. Foram reportadas as preocupações relativas à protecção e à violação dos direitos humanos, indicando um elevado risco de que a situação possa evoluir para um conflito em grande escala. A maioria dos civis nas zonas afectadas corre o risco de violações graves dos direitos humanos, incluindo mutilação física, morte, violência sexual, detenção arbitrária e encarceramento em condições desumanas. Esta situação resultou no deslocamento interno de 1,3 milhões de civis e mais de 30 000 refugiados que fogem, através da fronteira, para Angola.

Angola, um dos países signatários da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, tem historicamente vindo a receber refugiados da RDC e outros países vizinhos. Antes do influxo actual da RDC desde 15 de abril de 2017, Angola já alojava cerca de 15 600 refugiados, incluindo mais de 13 400 da RDC.

Os refugiados estão, actualmente, a atravessar a fronteira para o Dundo, na Lunda Norte, a uma média de 300-500 refugiados por dia. O Governo de Angola tem mantido as fronteiras abertas e estabeleceu dois locais de recepção em Cacanda e Mussungue. Estes locais atingiram a sua capacidade máxima.

O Governo de Angola, o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), as agências das Nações Unidas, as ONG internacionais e a Cruz Vermelha de Angola estão a fornecer aos refugiados meios de protecção urgentes, água e saneamento, alimentos, abrigo, bens de primeira necessidade e assistência médica.

Foi criada uma comissão interministerial, chefiada pelo Ministro da Defesa. A comissão, bem como representantes do ACNUR, PAM, OMS, UNICEF, FNUAP e o Coordenador Residente (CR) efectuaram uma missão de avaliação ao Dundo, em Maio. A missão visitou os dois centros de recepção, em Cacanda e Mussungue, para avaliar as condições de vida e as necessidades imediatas dos refugiados nestes locais. Também visitaram o hospital, que aloja cerca de 30 refugiados gravemente feridos, da RDC, que chegaram em estado crítico devido ao conflito em curso. O Governo de Angola propôs um local no Lóvua, a 85

quilómetros a oeste de Dundo. A avaliação técnica confirmou a adequação do local proposto para acolher refugiados. O desenvolvimento do local está em curso.

Apesar dos esforços do Governo de Angola e dos parceiros, persistem vários desafios na prestação de assistência e protecção vital. Os requisitos financeiros são urgentes para garantir a prestação de assistência e protecção vital. Os centros de recepção acolhem refugiados para além da sua capacidade e os serviços básicos não conseguem manter-se. O financiamento limitado e o número reduzido de parceiros no terreno, bem como a escassez de combustível, aumentam os obstáculos operacionais.

NECESSIDADES HUMANITÁRIAS E VULNERABILIDADES

Este apelo inter-agências abrange a protecção e as intervenções vitais de 15 de Abril a 31 de Dezembro de 2017. Espera-se que o conflito na região do Kasai, na RDC, venha a gerar internamente mais deslocamentos e através da fronteira para Angola. A proporção diária de chegada a Angola varia consoante as áreas de conflito activo na RDC e a segurança das vias da RDC para Angola. Cada vez mais, os refugiados estão a utilizar pontos de passagem da fronteira não oficiais para alcançar a segurança, em Angola.

No final de 2017, o Governo de Angola e os parceiros das Nações Unidas estimam que o número de refugiados que fogem da violência do Kasai para Angola pode chegar aos **50 000**. Durante entrevistas preliminares de protecção e discussões de grupos de referência nos centros de recepção, os refugiados expressaram o medo de voltar à RDC, a menos que a situação mude significativamente, permitindo um regresso seguro e digno.

De acordo com uma abordagem por idade, género e outras, as agências das Nações Unidas empreenderam uma série de avaliações rápidas em diferentes áreas de referência para averiguar as necessidades humanitárias e as vulnerabilidades. As agências têm integrado, nas avaliações, a protecção e questões de violência sexual e baseada no género (VSBG), bem como nas actividades planeadas.

O perfil dos refugiados congolezes, a 30 de Maio, inclui 53 por cento de pessoas com idade inferior a 18 anos; 76 por cento de mulheres e crianças; 23 por cento de homens adultos com as seguintes necessidades urgentes:

Protecção:

- Admissão de refugiados para segurança em Angola. Registo individual atempado e sistemático.
- Promoção para manter o carácter civil do asilo.
- Reforço da capacidade dos serviços de protecção nacionais.
- Envolvimento das comunidades como agentes de protecção na mitigação dos riscos de protecção e na resposta às necessidades dos refugiados.
- Realização de avaliações preliminares de protecção para identificar os refugiados com riscos mais elevados.
- Facilitação da emissão de documentação que ateste o estatuto legal.
- Promoção da coexistência pacífica e da coesão social entre refugiados e entre estes e as comunidades de acolhimento.
- Fortalecimento dos sistemas de protecção infantil e apoio à identificação, localização e reunificação para crianças desacompanhadas e separadas, bem como a prestação de apoio psico-social.
- Prestação de assistência no transporte de emergência para a segurança.
- Prevenção e resposta à VSBG, incluindo a gestão clínica das sobreviventes, o apoio psico-social e o fornecimento de kits de dignidade para as mulheres em idade fértil.

As autoridades angolanas têm mantido uma política de fronteiras abertas e estão, actualmente, a facilitar o movimento de refugiados provenientes das áreas de fronteira para os centros de recepção. O acesso às áreas de fronteira para realizar o registo dos refugiados está a ser garantido e as actividades de registo estão em curso. Entrevistas

preliminares de protecção são realizadas regularmente na fase de pré-inscrição. Os refugiados com necessidades específicas, incluindo crianças desacompanhadas e separadas, pais solteiros, refugiados com doenças graves, refugiados mais idosos e aqueles com deficiências, têm sido sistematicamente identificados e encaminhados para seguimento adequado. No entanto, a capacidade de resposta existente é ainda incipiente. A capacitação dos prestadores de serviços nacionais e o envolvimento com as comunidades são necessários para aumentar a protecção nos centros de recepção de refugiados e na comunidade de acolhimento.

O reforço das estruturas de liderança comunitária para promover a coexistência pacífica e a coesão social entre os refugiados e entre estes e as comunidades de acolhimento é uma prioridade. A comunicação nos dois sentidos será estabelecida para envolver as comunidades na mitigação dos riscos de protecção e na resposta para identificar os casos de protecção. As comunidades de refugiados serão encorajadas a estabelecer comités de refugiados representativos dos diversos grupos. Serão desenvolvidos mecanismos de encaminhamento inter-agências. A promoção continuará para que os refugiados tenham acesso aos direitos e serviços básicos, incluindo educação, documentação, liberdade de movimento e oportunidades de obtenção de meios de subsistência. O ACNUR vai trabalhar com o governo para fornecer documentação que ateste o estatuto legal e continuará a desenvolver procedimentos operacionais padrão para o registo de nascimentos e mortes. Manter o carácter civil do asilo continua a ser uma prioridade tanto nos centros de recepção como nas comunidades de acolhimento. Os serviços jurídicos vão começar e vão ser organizados dois seminários sobre a lei de asilo nacional e internacional. Vão ser realizados, nos centros de recepção, seminários de sensibilização para a liderança, VSBG/SIDA, direitos humanos, discriminação e violência contra mulheres e crianças e as suas causas.

Comunidades de acolhimento e coexistência:

Os refugiados oriundos da região do Kasai na RDC, que se encontram em Angola, compreendem diferentes grupos étnicos. Escapando dos conflitos políticos e interétnicos/comunitários nas suas terras, muitos deles continuam a enfrentar tensões étnicas. O Governo de Angola tem incentivado os refugiados a deixar os seus problemas étnicos e políticos para trás e a reconstruir as suas vidas e comunidades num espírito de respeito e assistência mútuos.

Embora estes esforços feitos pelas autoridades angolanas sejam cruciais para garantir a convivência pacífica entre os vários grupos, é necessário um apoio contínuo na área dos cuidados traumáticos pós-conflito e na reconciliação entre as populações de refugiados. O apoio para promover a coexistência vai ser ainda mais importante com as comunidades de acolhimento no Lóvua. Além disso, a promoção da coexistência entre os refugiados é crítica na preparação para o futuro regresso e a reconstrução das suas comunidades na RDC.

Aproveitando a sua experiência na construção da paz, resolução de conflitos e reconciliação, o PNUD e os seus parceiros apoiarão os refugiados congolese e as famílias do município do Lóvua a promover a coexistência através do aconselhamento e actividades de educação cívica.

Registo: mais de 20 000 refugiados estão actualmente alojados em centros de recepção. O registo biométrico e individual começou no dia 1 de Junho para obter dados de planeamento fiáveis e identificar as pessoas com vulnerabilidades e necessidades específicas a fim de consolidar a prestação de ajuda humanitária. Este exercício é crucial para proteger as novas chegadas do *refoulement* (recusa de entrada) e garantir o seu acesso a serviços de protecção e assistência. Os refugiados congolese precisam de ajuda para um transporte seguro e digno a partir dos centros de acolhimento e pontos fronteiriços para os locais designados de chegada na província da Lunda Norte. Serão dadas prioridade e atenção especial às pessoas vulneráveis, nomeadamente crianças desacompanhadas e separadas, grávidas e lactantes, deficientes e idosos e pessoas com doenças crónicas.

Protecção infantil: deve ser dada prioridade ao reforço dos sistemas de protecção infantil, especialmente nas áreas de registo, localização da família e reagrupamento familiar, assim como na prevenção e resposta à violência infantil nas comunidades, nos centros de acolhimento e no local de abrigo proposto. Serão criados espaços infantis que irão facilitar a identificação de crianças com problemas de protecção, a prestação de apoio psico-social, o divertimento, a avaliação nutricional e o encaminhamento para outros serviços. Será criado um sistema de controlo e acompanhamento dos casos de crianças desacompanhadas e separadas, assim como de localização da família e reagrupamento familiar. Serão divulgadas informações sobre a violência infantil, assim como sobre o sistema de encaminhamento. As redes de protecção infantil provincial serão reforçadas para melhorar a prestação de serviços de protecção a refugiados nas comunidades de acolhimento. Serão levadas a cabo intervenções específicas para as crianças que estiveram envolvidas no conflito armado. Serão implementadas actividades recreativas em ambos os locais em coordenação com os líderes dos refugiados e com voluntários da Cruz Vermelha de Angola.

Violência sexual e baseada no género (VSBG): deverá ser desenvolvida uma estratégia de prevenção e resposta à VSBG para as vítimas em colaboração com todos os intervenientes. Será definida uma resposta VSBG multi-sectorial nos campos. A resposta incluirá actividades de prevenção e resposta VSBG em coordenação com o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) na Lunda Norte e a prestação de serviços multi-sectoriais acessíveis e confidenciais para as sobreviventes em colaboração com as direcções provinciais de saúde. As pessoas com deficiências e outros grupos vulneráveis, como jovens mães solteiras, necessitarão de atenção especial nos primeiros meses para garantir que têm acesso a alimentação e outros serviços básicos. Serão desenvolvidos e divulgados materiais de informação, educação e comunicação sobre a prevenção da VSBG, onde procurar ajuda e como ter acesso aos serviços de VSBG.

Acção antiminas: o MAG irá trabalhar com os parceiros para dar a conhecer os riscos das minas terrestres e engenhos explosivos e para ajudar a identificar as áreas de maior risco de contaminação por minas terrestres. A Educação sobre os Riscos das Minas (MRE) será dirigida aos homens, mulheres, rapazes e raparigas nos locais de acolhimento e nos campos de refugiados. A comunidade de acolhimento também beneficiará da MRE.

Alimentação:

- Ajuda alimentar imediata para 50 mil refugiados congolezes.

Como medida de emergência imediata, o Governo de Angola forneceu alimentação durante três dias em Maio às pessoas mais vulneráveis (5% das pessoas em causa). No entanto, o ACNUR identificou a necessidade urgente de obter comida localmente e distribuí-la para cobrir as necessidades alimentares imediatas de cerca de 20 mil pessoas (10 200 mulheres e 9 800 homens) até o PAM poder garantir a aquisição e entrega de alimentos.

Foi realizada uma missão qualitativa de segurança alimentar de emergência para determinar o perfil da população de refugiados que necessita de alimentos, produtos agrícolas e outros meios de subsistência. A informação recolhida nas entrevistas dos grupos de referência indica um elevado nível de vulnerabilidade à insegurança alimentar, relacionada principalmente com o conflito, mas também um acesso limitado à ajuda alimentar e a oportunidades de rendimento. A maioria das famílias come apenas uma refeição por dia. As actuais rações alimentares são complementadas por outras fontes de proteína animal adquiridas através de pagamento em espécie por trabalhos ocasionais em fazendas locais e na cidade. O ACNUR distribuiu alimentos aos refugiados em Maio. A aquisição de alimentos para os próximos três meses está em curso pelo PAM, que irá encarregar-se da cadeia de abastecimento alimentar, enquanto o ACNUR será responsável pela distribuição, juntamente com o JRS. Será realizado um controlo pós-distribuição.

Educação:

- Prevê-se que 53% dos refugiados sejam crianças dos 0 aos 17 anos. Serão necessárias oportunidades de educação formal e informal para pelo menos 50% das crianças através de vários meios.
- A prestação de serviços de educação irá obedecer a um processo gradual que começará nos serviços de desenvolvimento da primeira infância (DPI), com a possibilidade de oferecer simultaneamente serviços para outros grupos.
- Fornecimento de espaços de aprendizagem temporários através da aquisição e instalação de pelo menos 75 tendas e 60 kits de DPI.
- Apoio à criação de espaços de aprendizagem transitórios.
- Fornecimento de pelo menos 100 kits de educação para o ensino primário e secundário, que inclui 4 500 mochilas e 90 kits recreativos para crianças e adolescentes.
- Formação de formadores para professores e educadores inter pares em competências da vida.
- Formação de formadores para prestadores de cuidados de saúde.

A UNICEF e o ACNUR trabalharão em conjunto para garantir uma liderança eficaz na coordenação inter-agências com ligação a outros mecanismos de coordenação do sector relativamente a questões intersectoriais importantes. O mecanismo de coordenação orientará todos os parceiros sobre abordagens e normas comuns, garantindo a identificação de todas as lacunas de educação graves e vulnerabilidades. Serão fornecidas informações sobre as funções, as responsabilidades e a prestação de contas para suprir todas as lacunas sem duplicação. Para isso, haverá um apoio às autoridades educativas nacionais/provinciais/municipais na coordenação das actividades educacionais para as populações de refugiados e de acolhimento envolvidas. Além disso, serão atribuídas funções e responsabilidades fulcrais na agência para as necessidades dos estudantes nas comunidades de refugiados e de acolhimento. As crianças, incluindo crianças em idade pré-escolar, as raparigas e outras crianças excluídas, terão acesso a oportunidades de educação de qualidade através da criação de centros de ensino e programas informais de emergência para crianças e adolescentes, que incluem jogos e aprendizagem precoce para crianças pequenas. Serão criados centros de DPI e disponibilizada a capacitação dos prestadores de cuidados de saúde. Serão definidos programas recreativos para promover um ambiente agradável para crianças e adolescentes de ambos os sexos, e será criado um ambiente de paz através da utilização de actividades recreativas.

Meios de subsistência:

- Criação de meios de subsistência e resiliência no Lóvuá para 6 000 pessoas e 2 000 famílias, incluindo os membros da comunidade de acolhimento.
- Distribuição de fogões de baixo consumo.

A FAO e o PAM realizaram uma avaliação conjunta dos meios de subsistência e da segurança alimentar no Dundo e no Lóvuá em meados de Maio, que demonstrou que os hábitos alimentares dos refugiados são semelhantes aos da comunidade de acolhimento. A maioria dos refugiados é proveniente de zonas rurais onde exerciam actividades agrícolas, incluindo a criação de pequenos ruminantes, porcos, galinhas, pesca e aquicultura. Devem ser tomadas medidas atenuantes para fazer face aos possíveis riscos ambientais, em particular, a desflorestação, a provável erosão do solo e a poluição da água. O ACNUR irá fornecer fogões de baixo consumo para minimizar o impacto ambiental.

As intervenções visam criar meios de subsistência sustentáveis e resilientes no novo campo de refugiados, tendo em conta as tradições. Os projectos também contribuirão para uma coexistência pacífica, dado que o apoio à subsistência também é importante para a comunidade de acolhimento. As famílias de refugiados deverão ter uma zona para a agricultura, que será definida na próxima estação seca. Os recém-chegados a Lóvuá receberão ajuda através de terras agrícolas e kits (ferramentas e sementes), kits para a constituição de empresas, subvenções e formação em meios de subsistência. As actividades irão garantir a participação activa das mulheres, que correspondem a 55% dos beneficiários.

Os kits e a formação serão disponibilizados pela FAO a 2 000 famílias em agricultura familiar (variedades de batata doce, milho e mandioca de ciclo curto, ferramentas), pequenas hortas (hortas verticais ou suspensas, ferramentas), criação de aves e produção de ovos, aquicultura e produção de minhocas. A irrigação exigirá a construção de seis tanques de água. Por conseguinte, as famílias de refugiados deverão começar a produzir horticultura em três meses, aquicultura em quatro meses e avicultura em cinco meses.

Será dado apoio a 300 iniciativas de pequenas empresas em termos de alimentos, roupas e outros produtos. O governo provincial, com o apoio do PNUD, vai identificar os beneficiários e fornecer a formação necessária em gestão empresarial básica através de um prestador de serviços de formação local e equipar tanto os refugiados, como a população de acolhimento, com kits para constituição de empresas para ajudar as actividades de pequenos retalhistas. Estes kits incluirão o mobiliário e os equipamentos necessários para apetrechar lojas e motorizadas para apoiar o transporte de mercadorias entre a capital do município do Lóvua e o novo campo de refugiados. Uma pequena loja de comércio a retalho iniciada com o contributo do projecto também será registada no governo provincial.

Saúde e nutrição:

- Vigilância das doenças e medidas de controlo para reduzir os surtos.
- Serviços básicos de saúde e de encaminhamento.
- Serviços de obstetrícia reprodutiva e neonatal de emergência e serviços de vacinação.
- Serviços de apoio sanitário para situações de VSBG.
- Intervenções de contenção da malária.
- Intervenções de prevenção da transmissão do VIH.
- Vigilância nutricional, avaliação e tratamento clínico da desnutrição aguda.
- Coordenação eficaz, monitorização da supervisão e avaliação dos serviços de saúde.
- Fornecimento de mosquiteiros para distribuição coordenada.
- Fornecimento de vacinas, como, por exemplo, contra o sarampo, a poliomielite, a cólera, a febre-amarela e a tuberculose (BCG).
- Realização de actividades de mobilização social e de comunicação para o desenvolvimento (C4D) com vista a melhorar o comportamento social nas práticas de saúde.
- Avaliação do estado nutricional das crianças à chegada e encaminhamento rápido
- Formação do pessoal do Hospital Municipal como primeira equipa de referência na prevenção e no tratamento da desnutrição aguda grave (SAM).
- Formação de trabalhadores da saúde na comunidade na triagem e no apoio ao tratamento da desnutrição aguda grave (SAM) e da desnutrição aguda moderada (MAM).
- Aquisição de MUAC (fitas de medição do perímetro braquial), balanças, suplementos nutricionais, incluindo alimentos terapêuticos prontos a consumir (RUTF), e leite terapêutico.
- Realização de actividades de mobilização social e de comunicação para o desenvolvimento (C4D) com vista a melhorar o comportamento social nas práticas relacionadas com a nutrição.
- Promoção de práticas nutricionais e de alterações nos comportamentos, através de demonstrações práticas utilizando cozinhas comunitárias.
- Componente de alimentação selectiva: são seleccionadas crianças entre os 6 e os 23 meses, as quais recebem alimentos compostos fortificados (“Super Cereal Plus”) para evitar a desnutrição.

As áreas de origem dos refugiados têm indicadores de saúde muito baixos: cobertura vacinal do sarampo baixa (39 por cento), elevada prevalência de malária (21 por cento), elevada percentagem de desnutrição crónica das crianças com menos de cinco anos (43 por cento), baixo conhecimento sobre VIH/SIDA (39 por cento), utilização muito reduzida da contracepção (< 4 por cento) e outros factores que irão aumentar a vulnerabilidade às principais doenças endémicas. Muitas crianças sofrem de diarreia, febre e malária. Embora um levantamento nutricional rápido ainda esteja por realizar, crê-se que, até agora, nos

centros de acolhimento, oito em cada 100 casos sofrem de desnutrição aguda. A desnutrição aumentará se não forem tomadas medidas correctivas urgentes. Os desafios, no entanto, mantêm-se na Lunda Norte, com um baixo fornecimento de medicamentos, falta de pessoal nos centros de saúde e hospitais e escassez de equipamento, o que dificulta o diagnóstico completo.

Os parceiros na área da saúde assegurarão a vigilância de doenças, os cuidados de saúde primários, o diagnóstico precoce e o tratamento da malária, da diarreia, das infecções respiratórias agudas e das principais doenças endémicas de alto risco (tuberculose, VIH), que serão prestados nos principais centros de refugiados. As mulheres terão acesso a serviços de saúde reprodutiva de emergência.

Dado que uma em cada cinco mulheres em idade fértil é susceptível de ficar grávida sem ter acesso a serviços de saúde reprodutiva, essas mulheres correm um risco acrescido de sofrer complicações que podem ser fatais. Muitas mulheres podem estar expostas a uma gravidez indesejada. Neste contexto, prevê-se que um número acrescido de mulheres e de jovens possa ficar mais vulnerável à violência sexual, à exploração e às infecções pelo VIH. Para fazer face a esses riscos e a outras necessidades de higiene, muitas vezes negligenciadas, das mulheres e jovens, os chamados "kits de dignidade" garantirão partos seguros e em condições de higiene, a prestação de tratamentos em caso de aborto espontâneo, bem como o fornecimento de contraceptivos e o acompanhamento das vítimas de violação.

Calcula-se que 3 150 mulheres grávidas vão precisar de serviços pré-natais, incluindo a vacinação contra o tétano, o tratamento profilático da malária, a administração de suplementos de ácido fólico e de ferro, medicamentos para a desparasitação, mosquiteiros, aconselhamento e testes de VIH. Cerca de 15% (470) destas mulheres grávidas poderá ter complicações durante o parto e, portanto, precisa de cuidados obstétricos de emergência. As mulheres grávidas e 5 000 mulheres e raparigas receberão informações sobre saúde sexual e reprodutiva, VSBG, risco de gravidez precoce; riscos associados à gravidez e à contracção de doenças como o VIH. Integração das necessidades de mulheres e raparigas através do fornecimento de kits de parto em condições de higiene e segurança e de "kits de dignidade". Serão formadas pessoas para a coordenação dos serviços de gestão clínica das vítimas de violação e serão distribuídos preservativos a fim de reduzir a transmissão do VIH, bem como de doenças sexualmente transmissíveis.

Água, Saneamento e Higiene ("WASH")

- Acesso às instalações básicas WASH em ambos os centros de acolhimento.
- Fornecimento de emergência de água potável e em quantidade suficiente para refugiados congolezes em centros de acolhimento e no novo campo de refugiados que o governo irá disponibilizar.
- Fornecimento de emergência de latrinas e chuveiros para refugiados congolezes em pontos de trânsito.
- Aumentar os níveis de consciencialização e incentivar a adoção de comportamentos adequados em matéria de higiene entre os refugiados.
- Eliminação segura de resíduos.
- Prevenção da cólera, dado que Angola é um país onde a cólera é uma doença endémica.
- Tratamento da água a nível doméstico com pastilhas de purificação da água.
- Distribuição de kits de higiene, incluindo recipientes de água e pensos higiénicos para mulheres.

Nos centros de acolhimento, a situação em termos de WASH é terrível, com abastecimento de água insuficiente e instalações de saneamento inexistentes para uma população de refugiados em constante aumento. Para evitar um surto de doenças, é primordial garantir o acesso a água potável, saneamento básico e higiene. O abastecimento de água fiável é uma questão importante e urgente nos dois centros de acolhimento. Dundo sofre cortes de energia constantes, que também provocam cortes no abastecimento de água da rede

municipal. Ambos os centros de acolhimento estão em concorrência directa com os moradores da cidade para o acesso à água através do transporte de água em camiões, o que a torna cara e pouco fiável. Pelo menos 20 000 litros por dia são transportados para ambos os centros de acolhimento, embora sejam necessários pelo menos 150 000 litros por dia. Em consequência, o transporte de água deve ser reforçado de forma urgente, juntamente com uma solução de médio prazo (2 meses) para um serviço de abastecimento de água que seja fiável e compatível com os padrões do Projecto Esfera em quantidade e em qualidade. A construção de poços com instalação de sistema de distribuição será uma pista a explorar como uma estratégia para a resolução do problema.

No que diz respeito ao saneamento, serão tomadas medidas para garantir o acesso, o uso e a manutenção das instalações. Serão construídos chuveiros e latrinas de emergência com clara separação entre homens e mulheres. Serão igualmente instaladas estações de lavagem das mãos para cada bloco de latrinas. Além disso, será assegurada a recolha diária de resíduos sólidos a fim de garantir a limpeza adequada dos centros de acolhimento. Serão instalados aterros e caixotes de lixo a fim de permitir uma boa gestão dos resíduos sólidos.

As actividades de promoção de WASH incidirão sobre a divulgação de um número limitado de mensagens fáceis de compreender, simples e sintéticas, a fim de minimizar o potencial de confusão. Incluirão demonstrações práticas sobre o uso e o consumo de água potável; a lavagem das mãos; a higiene pessoal; o uso das latrinas; o saneamento ambiental; e a higiene. Também serão realizadas regularmente sessões de discussão abertas e campanhas promocionais utilizando mensagens-chave, tendo como público-alvo as crianças e os adultos a fim de promover uma melhoria a longo prazo nos comportamentos WASH.

No novo campo de refugiados, os parceiros esforçar-se-ão por garantir o acesso a instalações de abastecimento de água e saneamento seguras e desenvolver actividades de promoção da higiene. O acesso a instalações de água deverá ser organizado através da perfuração de poços e da instalação de um sistema de distribuição. Será necessário assegurar o tratamento regular da água e a monitorização da qualidade. Serão construídos chuveiros e latrinas de emergência a curto prazo e latrinas familiares a mais longo prazo com vista a garantir o acesso adequado às instalações de saneamento. Será organizado um sistema de gestão de resíduos sólidos através da recolha diária de lixo, da escavação de aterros e da instalação de caixotes de lixo no local. O abastecimento de água através de poços e de redes de abastecimento básico foi aprovado pelas autoridades governamentais, tanto a nível central como provincial.

Os refugiados estiveram envolvidos desde o início na concepção e na implementação da resposta WASH, especialmente no que respeita aos componentes de saneamento e higiene, através de sistemas de "dinheiro contra trabalho" ("Cash for work" – CFW).

Abrigo e infra-estruturas:

- Distribuição de tendas familiares a 1 200 famílias (cobrindo aproximadamente 4 500 pessoas).
- Serão distribuídos kits de abrigo compostos por coberturas plásticas, tubos de suporte, kits de ferramentas, etc.
- A preparação do local será realizada no novo centro de refugiados.

O Governo de Angola calcula que 30 mil congolezes já chegaram ao país e espera a chegada de 50 mil refugiados até ao final do ano. Actualmente, as pessoas que chegam são instaladas pelas autoridades locais em centros de acolhimento. As condições nos centros de acolhimento são extremamente precárias e têm de ser melhoradas rapidamente. Os abrigos sobrelotados já não podem acolher o número crescente de pessoas que chegam, as quais ficam expostas a condições climáticas difíceis. Novos espaços e infra-estruturas estão neste momento a ser desenvolvidos no novo campo de refugiados no Lóvuá. Será construído um novo abrigo, bem como centros de acolhimento. Serão também erigidas

tendas familiares, para apoiar os grupos mais vulneráveis. Tendas de emergência estão a ser fornecidas aos refugiados desprotegidos (10 por cento da população).

Bens não-alimentares:

Os itens seguintes serão adquiridos como bens não-alimentares de primeira necessidade para a população recém-chegada ao Dundo, em Angola:

Item	Quantidade
Bidões (10 litros)	6 000
Esteiras de dormir	17 000
Chapas plásticas	35 000
Rolos de plástico	860
Baldes (14 litros)	12 000
Cobertores	35 000
Utensílios de cozinha	12 720
Lanternas solares	14 000

Intervenções baseadas em dinheiro (IBD):

Um estudo de viabilidade das IBD está em curso. No entanto, conclusões preliminares desencorajam a transferência de fundos para beneficiários na fase actual do processo, tendo em conta que a situação permanece volátil. Entre as questões que suscitam maior preocupação incluem-se, (i) o facto de os refugiados permanecerem alojados em dois centros de acolhimento no Dundo, situados a poucos quilómetros da fronteira; (ii) a existência de um número significativo de refugiados que residem nas comunidades anfitriãs (fora dos centros de acolhimento); e (iii) a definição dos perfis pessoais e a identificação biométrica ainda não foram concluídas. Sendo assim, é necessária uma análise profunda dos prestadores de serviços financeiros e de mercado antes de decidir sobre a conveniência das IBD.

O campo de refugiados do Lóvua situa-se a 85 km do Dundo e não tem quaisquer mercados disponíveis. Uma solução possível poderá passar por um incentivo aos grossistas para a abertura de lojas no Lóvua, criando um sistema de vouchers em coordenação com o PAM (bens alimentares) e o ACNUR (bens não alimentares), ou uma solução mista que inclua voucher e dinheiro, até que o mercado e os sistemas locais se encontrem substancialmente desenvolvidos. Deste modo, as IBA destinadas a satisfazer necessidades básicas só serão consideradas quando os refugiados forem transferidos para o campo do Lóvua.

Segurança e protecção dos agentes humanitários:

Para fornecer trabalhadores de ajuda humanitária com condições operacionais adequadas em termos de segurança e protecção, a UNDSS precisa de aperfeiçoar o seu apoio de resposta contínuo em Lunda Norte. Dada a falta de serviços de saúde de qualidade em Lunda Norte, o fornecimento de meios de evacuação médica de emergência deste local até Luanda também necessita de ser facilitado.

O PNUD, em parceria estabelecida com a Comissão Nacional de Protecção Civil, ajudará a província de Lunda Norte a elaborar um plano de contingência provincial. Para a operacionalização do plano de contingência provincial, a Comissão Provincial de Protecção Civil (CPPC) de Lunda Norte prestará auxílio na preparação de um procedimento operacional padrão (POP), bem como na formação de 30 agentes de protecção civil/gestão de riscos e desastres.

ESTRATÉGIA DE RESPOSTA E PRIORIDADES

Para abordar questões relacionadas com protecção, soluções e lacunas na assistência, procurar-se-á atingir os seguintes objectivos e prioridades:

Fornecer protecção aos refugiados que fogem da RDC

- Garantir o acesso ao território e respeitar o princípio da não recusa de entrada (*non-refoulement*).
- Manter o carácter civil do asilo.
- Envolver-se com as comunidades na qualidade de agentes de protecção.
- Assegurar o registo individual e biométrico.
- Fornecer protecção especializada a refugiados com necessidades especiais, incluindo protecção de menores, prevenção e apoio a vítimas de VSBG, e indivíduos portadores de deficiência.
- Integrar a protecção e a VSBG na avaliação, desenvolvimento, implementação e acompanhamento dos programas.
- Estabelecer mecanismos de encaminhamento e gestão de casos.

Fornecer uma resposta vital aos refugiados.

1. Prestação contínua de serviços vitais aos refugiados presentes e aos recém-chegados. Os sectores prioritários incluem: alimentação, abrigo, saúde, bens não alimentares, educação e WASH.
2. Estabilização de todas as actividades vitais em curso, após a rectificação das lacunas existentes nas normas.
3. Integrar os refugiados nos sistemas nacionais de prestação de serviços e garantir o acesso aos mesmos sempre que possível. Apoio aos sistemas de autoridade distrital afectados, de modo a fortalecer a sua capacidade de prestar serviços nas áreas de abrigo de refugiados.
4. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, realizar intervenções baseadas em dinheiro (sectoriais ou multiusos) para fortalecer a protecção e a dignidade dos refugiados e melhorar a qualidade, eficiência e eficácia das intervenções.
5. Projectos de apoio comunitário e fortalecimento do envolvimento e resiliência da comunidade em todos os sectores das áreas de acolhimento de refugiados, beneficiando quer as comunidades de refugiados, quer as populações que os acolhem.
6. Aumentar a sustentabilidade dos meios de subsistência e limitar a dependência a longo prazo de ajuda alimentar por parte dos refugiados.
7. Aumentar a protecção do ambiente e intervenções de recuperação, de modo a minimizar o impacto ambiental e a degradação.
8. Desenvolvimento do campo, incluindo estabelecimento de infra-estruturas, abastecimento de água, electricidade, clínicas de saúde e espaços públicos.
9. Preparação para emergência no caso de influxos de refugiados superiores ao esperado.

<p>Protecção</p> <p>(JRS, MAG, PNUD, FNUAP, ACNUR, UNICEF)</p>	<ul style="list-style-type: none">- <i>Activar o mecanismo de localização e reagrupamento familiar para crianças não acompanhadas, incl. além fronteiras se possível</i>- <i>Realizar o processo de gestão, acompanhamento e seguimento de casos de menores não acompanhados e separados;</i>- <i>Criar um espaço designado onde as crianças não acompanhadas e separadas das famílias se possam registar e onde as crianças desaparecidas possam ser reportadas, com um balcão fixo de protecção a menores e trabalhadores comunitários que se possam deslocar, no sentido de indicar às comunidades onde podem aceder à informação: (1) Veicular mensagens de protecção de menores. Prevenção da violência infantil; (2) a rede de protecção de menores é activada; (3) um sistema de encaminhamento encontra-se activo; (4) é criado um espaço designado para mulheres e crianças onde se prestam informações e serviços; (5) Preparação/activação de um grupo de coordenação de protecção de menores e prestação de apoio técnico para o desenvolvimento de um plano de resposta;</i>- <i>Ajudar o governo e os prestadores de serviços a desenvolver um sistema de encaminhamento adaptado especificamente à resposta a emergências;</i>- <i>Criar e operar espaços seguros para as crianças que possam servir como plataformas para a identificação de questões de protecção, recreio, apoio psico-social e outros serviços;</i>- <i>Estabelecimento de um sistema de acompanhamento da protecção.</i>- <i>Serviços de assessoria jurídica,</i>- <i>Serviços de apoio psico-social complementares ao MINARS</i>- <i>Um sistema legítimo e diverso de estruturas de representação de refugiados e partilha de informação,</i>- <i>Sistemas de gestão de casos e de encaminhamento para sobreviventes de violência e tortura, idosos sozinhos, pessoas com deficiência, saúde física e mental, pessoas em conflito com a lei, etc.</i>- <i>Gestão clínica de sobreviventes de violação, apoio psico-social específico para mulheres e raparigas e fornecimento de kits de dignidade para as mulheres em idade fértil.</i>- <i>Presença no balcão de encaminhamento e protecção para receber referências directas</i>- <i>Mobilização da comunidade e outros trabalhadores para o registo e outros sectores, incluindo a distribuição</i>- <i>Promoção da coexistência através de actividades de educação cívica e aconselhamento.</i>- <i>Educação para a sensibilização do risco de minas, vistorias não-técnicas, resposta rápida e remoção completa de minas terrestres</i>
<p>Alimentação</p> <p>(JRS, ACNUR, PAM)</p>	<ul style="list-style-type: none">- <i>Fornecer ajuda alimentar imediata a 50 mil refugiados congolese. Isto será feito através de um acordo tripartido com a JRS, que auxiliará as agências das Nações Unidas no acompanhamento e distribuição de alimentos.</i>

<p>Saúde e Nutrição</p> <p>(ONUSIDA, FNUAP, ACNUR, UNICEF, PAM, OMS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Assegurar a vigilância de doenças em quadro epidémico na nova população da RDC.</i> - <i>Disponibilizar 750 000 consultas de ambulatório para diagnóstico precoce da doença endémica comum e também para evitar casos graves e complicados</i> - <i>Prestar cuidado hospitalar a 750 casos graves em hospitais de referência.</i> - <i>Garantir o acesso a 200 000 consultas de GIDI (Gestão Integrada de Doenças Infantis) para a população mais vulnerável, de modo a evitar o fardo da doença e as principais doenças infantis;</i> - <i>Garantir a realização de testes de VIH a aproximadamente 50 000 refugiados;</i> - <i>Assegurar a distribuição de preservativos e de materiais de informação, educação e comunicação;</i> - <i>Assegurar a realização de duas campanhas de sensibilização para o VIH/DST e a violência sexual;</i>
<p>Saúde e Nutrição (continuação)</p> <p>(ONUSIDA, FNUAP, ACNUR, UNICEF, PAM, OMS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Garantir que as pessoas que vivem com o VIH recebem tratamento e aderem ao mesmo;</i> - <i>Assegurar o acesso a serviços pré-natais a 3 150 mulheres grávidas, bem como testes ao VIH e tratamento às diagnosticadas com VIH positivo;</i> - <i>Garantir que todas as mulheres grávidas dão à luz num lugar seguro;</i> - <i>Garantir que pelo menos 5 000 adolescentes tenham acesso a serviços de prevenção de SDR e VIH, com 50 educadores a serem treinados por grupos de apoio mútuo:</i> - <i>Garantir a formação de 50 professores para ministrarem aulas de educação sexual em serviços de ensino primário e secundário</i> - <i>Garantir que os refugiados gravemente feridos recebam cuidados críticos para minimizar deficiências e morte</i> - <i>Garantir que as crianças entre os 6 e os 23 meses recebem alimentos compostos fortificados (Super Cereal Plus) para evitar a desnutrição</i>
<p>Bens não-alimentares:</p> <p>(JRS, ACNUR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Acompanhamento e distribuição de kits padrão com bens não-alimentares para refugiados.</i>
<p>Abriço e infra-estrutura:</p> <p>(JRS, ACNUR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Distribuição de tendas familiares a 1 200 famílias (abrangendo aproximadamente 4 500 pessoas).</i> - <i>Distribuição de kits de abriço compostos por chapas plásticas, tubos de suporte, kits de ferramentas, etc.</i> - <i>A preparação dos espaços será feita no novo campo de refugiados.</i>
<p>Água, Saneamento e Higiene (WASH/ASH)</p> <p>(ACNUR, UNICEF)</p>	<p><i>Serão organizadas intervenções de emergência em torno de 3 pilares fundamentais:</i></p> <p><i>(1) Abastecimento de água potável em centros de acolhimento (Dundo) e no novo campo de refugiados (Lóvua):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Perfuração e equipamentos de perfuração no centro de recepção de Cacanda, com um sistema de bombeamento solar electromecânico, tanques de água elevados de 20 000 l, e rede de distribuição básica a 30 pontos de água públicos, sendo esta a fonte de água para o centro de acolhimento de Mussungue.</i> - <i>Transporte de água assegurado inicialmente por fornecedores de água para Cacanda e Mussungue, e assim que o furo estiver pronto de Cacanda para o centro de acolhimento de Mussungue, com uma capacidade de armazenamento de 15 000 l (consumo de 30 000 l/dia) e 9 pontos de água em Mussungue.</i> - <i>Perfuração e equipamentos de perfuração no novo campo de refugiados do Lóvua, com 2 sistemas electromecânicos de bombeamento solar, tanques de água elevados de 200 000 l, e rede básica de distribuição de 180 pontos de água pública (180 000 l/dia).</i> - <i>Implementação do sistema de monitorização da qualidade da água (POP e equipa de monitores da qualidade da água), através de</i>

	<p><i>parceiros treinados e refugiados.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Distribuição de 20 000 recipientes dobráveis de 20 l.</i> - <i>Tratamento garantido de toda a água para a população de refugiados, por meio de um tratamento maciço com HTH durante a extracção na fonte (poço), em tanques de armazenamento (pílulas de tratamento de água para 200 l), ou a nível do agregado familiar (pílulas de tratamento de água para 20 l), com base nas necessidades específicas em cada local.</i> <p><i>(2) Saneamento e gestão de resíduos sólidos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Construção de blocos sanitários em Cacanda (125 latrinas + 125 chuveiros), Mussungue (45 latrinas + 45 chuveiros) e no novo campo de refugiados do Lóvua (250 latrinas + 250 chuveiros).</i> - <i>Instalação de recipientes de lixo (100 litros) para a gestão de resíduos sólidos em Cacanda (50), Mussungue (15) e no novo campo de refugiados do Lóvua (100).</i> - <i>Limpeza e desinfecção dos centros de acolhimento, do novo campo de refugiados do Lóvua, dos blocos sanitários e dos recipientes para a gestão de resíduos sólidos, através das "Brigadas de Manutenção".</i>
<p>Água, Saneamento e Higiene</p> <p>(continuação)</p> <p>(ACNUR, UNICEF)</p>	<p><i>(3) Promoção da higiene:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Promoção da higiene através de "Brigadas C4D" de CFW treinados e equipados.</i> - <i>Distribuição de 4 000 kits de higiene para famílias mais vulneráveis com crianças desnutridas ou feridas.</i> - <i>Distribuição de 120 000 barras de sabão.</i>
<p>Educação</p> <p>(JRS, ACNUR, UNICEF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Apoio às autoridades educativas municipais/provinciais na coordenação das actividades educacionais para as populações de refugiados e de acolhimento envolvidas.</i> - <i>Atribuição de funções e responsabilidades fulcrais na agência para as necessidades dos estudantes refugiados e anfitriões (ou seja, DPI/primário/secundário/complementar/universitário)</i> - <i>Coordenação com o sector WASH para as latrinas institucionais, para o material de higiene e de saneamento e para o fornecimento de mantimentos.</i> - <i>Coordenação com o sector de protecção infantil para o uso de infra-estruturas e de participação intersectorial em treinos relevantes (para os prestadores de cuidados, parceiros de implementação, etc.) e para um papel activo no mecanismo de encaminhamento.</i> - <i>Mobilização de centros estabelecidos DPI (instalações, prestadores de cuidados, instalações e materiais DPI) para um apoio sustentado.</i> - <i>Capacitação dos prestadores de cuidados e garantia da qualidade dos serviços</i> - <i>Criação de programas recreativos para um ambiente seguro para crianças e adolescentes dos dois sexos.</i> - <i>Construção de um ambiente pacífico através do desporto.</i> - <i>Identificação do número de crianças em idade escolar, fornecimento de actividades psico-sociais e de educação básica (alfabetização e aulas de português).</i>

<p>Meios de subsistência</p> <p>(FAO, PNUD, ACNUR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Criação de meios de subsistência e resiliência no novo campo</i> - <i>Fornecimento de kits de agricultura familiar</i> - <i>Formação em gestão comercial básica para refugiados e residentes da comunidade anfitriã.</i> - <i>Fornecimento de kits de constituição de empresas para apoiar as actividades comerciais de pequenos retalhistas.</i> - <i>Registo de novos negócios com o Governo Provincial</i> - <i>Distribuição de fogões de baixo consumo</i>
<p>Suporte operacional (incluindo resposta à crise, segurança e coordenação, logística e telecomunicações)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Plano de contingência provincial.</i> - <i>Preparação de resposta PoP e de formação.</i> - <i>Apetrechamento do Centro de Coordenação de Operações.</i> - <i>Serviços Comuns de Segurança Melhorada.</i> - <i>Visitas de apoio conjunto ACNUR-CR ao campo.</i> - <i>Reuniões com funcionários governamentais de alto nível, autoridades locais e intervenientes humanitários e de desenvolvimento.</i> - <i>Desenvolvimento de estratégias-chave conjuntas de mobilização de recursos e promoção para apoiar a resposta aos refugiados.</i> - <i>Reuniões conjuntas ACNUR-CR com parceiros e doadores pertencentes à comunidade humanitária e de desenvolvimento.</i> - <i>Promoção conjunta ACNUR-CR com Mecanismos Regionais e Globais da ONU para analisar, articular e fortalecer a resposta.</i>

PARCERIA E COORDENAÇÃO

Para responder ao influxo de refugiados da RDC, o Governo de Angola estabeleceu uma comissão interministerial, que é composta por Secretários de Estado e Directores dos Ministérios da Defesa, do Interior, da Saúde, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Energia e Águas, do Planeamento e da Reinserção Social, e pelo Governador Provincial de Lunda Norte. Esta comissão designou o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) para trabalhar com o ACNUR como principal interlocutor e agência líder para todas as questões de refugiados. O ACNUR trabalha com a comissão interministerial e o MINARS e compartilha as actualizações com todas as agências que participam na resposta, incluindo a UNCT e o Coordenador Residente da ONU, a fim de manter uma interligação mais flexível entre a coordenação estratégica e a operacional.

Com base no Modelo de Coordenação de Refugiados, o ACNUR está a coordenar os esforços de resposta em apoio do Governo de Angola. O ACNUR está a realizar a promoção directa e primária com o Governo para todos os assuntos de refugiados e a facilitar o planeamento inter-agências, assim como a mobilização de recursos, a implementação e a coordenação da resposta aos refugiados em Angola. Dada a natureza fluida da crise, o ACNUR também iniciará um plano de preparação e contingência com todos os intervenientes.

Todas as reuniões de coordenação realizadas em Luanda e no Dundo são co-presididas pelo MINARS e ACNUR. Os participantes incluem contrapartes do governo, agências da ONU e ONG nacionais e internacionais. As reuniões técnicas e multi-sectoriais ocorrem duas vezes por semana no Dundo, enquanto uma reunião de Coordenação Inter-Agências ocorre semanalmente em Luanda. Além disso, são realizadas reuniões bilaterais com o Governo de Angola para abordar qualquer questão emergente. Foi estabelecido um portal inter-agências para a resposta, com produtos de coordenação-chave tais como planos tácticos, painéis de controlo, fichas técnicas, actualizações de agências, actualizações transfronteiriças.

Para garantir uma resposta abrangente, o CR irá apoiar a coordenação e assegurar as ligações com o quadro de desenvolvimento de Angola, incluindo entre as políticas de desenvolvimento nacional e outras iniciativas administradas pelo Governo de Angola. Os mecanismos existentes, administrados pelos Ministérios do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, da Administração do Território, da Agricultura, da Saúde, do Ambiente, entre outros, serão usados para reforçar a resposta fornecida aos refugiados pelo ACNUR e outras agências humanitárias. O CR também assumirá a responsabilidade global e a coordenação das actividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas realizado a nível nacional. Os papéis complementares do ACNUR e do CR vão acrescentar valor ao assegurar que a resposta seja reforçada a todos os níveis, nacionais e distritais, e englobe ligações humanitárias e de desenvolvimento, e a recuperação precoce das áreas afectadas pelos refugiados está incluída desde o início.

Além disso, o CR apoiará o ACNUR em mensagens de promoção e no fortalecimento dos esforços de mobilização de recursos. O escritório do CR realizará também visitas conjuntas com o ACNUR para as operações no Dundo. O Escritório do CR irá também assegurar uma estreita cooperação com outros escritórios CR na região e envolver-se juntamente com o ACNUR – de acordo com os respectivos mandatos – com o Escritório do Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos e com o ACNUR, DPA, PNUD, UNDSS e OCHA para facilitar um fluxo frequente de informações e o acompanhamento da situação. O CR e o ACNUR irão colaborar com outras entidades da ONU e serviços do Secretariado das Nações Unidas em função da evolução da resposta.

RESUMO DOS REQUISITOS FINANCEIROS

Requisitos financeiros por agência (em dólares americanos)

Organização	Total
FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	1,030,000
OIM Organização Internacional para as Migrações	1,869,438
JRS Serviço Jesuíta aos Refugiados	1,574,790
MAG Mine Action International	585,000
ONUSIDA Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA	400,000
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	2,550,000
UNDSS Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas	830,000
FNUAP Fundo das Nações Unidas para a População	1,367,414
ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	36,705,352
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância	8,499,703
UNRCO Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas	100,000
PAM Programa Alimentar Mundial	9,100,000
OMS Organização Mundial de Saúde	895,913
Total	65,507,610

Necessidades financeiras por sector (em dólares americanos)

Sector	Total
Protecção	12,673,115
Educação	4,052,635
Alimentação	9,202,598
Saúde e nutrição	9,265,797
Meios de subsistência	3,957,052
Logística e telecomunicações	6,804,903
Bens não-alimentares e de abrigo	8,532,293
WASH	4,109,022
Apoio operacional	6,910,195
Total	65,507,610

Necessidades financeiras por agência e sector (dólares americanos)

Organização	Protecção	Educação	Alimentação	Saúde e nutrição	Meios de subsistência	Logística e telecom	Bens não-alimentares e de abrigo	WASH	Apoio operacional	Total
Angola										
FAO					1,030 000					1,030, 000
OIM						1,869, 438				1, 869,438
JRS	978,123	250,420	70,420				70,420		205,407	1,574,790
MAG	585,000									585,000
ONUSIDA				400,000						400,000
PNUD	400,000				2,000,000				150,000	2,550, 000
UNDSS									830,000	830,000
FNUAP	38,366			1,151,193					177,855	1,367,414
ACNUR	8,727,080	2,768,651	243,178	3, 878, 153	927,052	4,935,465	8, 461,873	1,873, 022	4,890,878	36,705, 352
UNICEF	1,944,546	1,033,564		2,729,538				2, 236,000	556,055	8, 499,703
UNRCO									100,000	100,000
PMA			8,889, 000	211,000						9,100, 000
OMS				895, 913						895,913
Total geral	12,673,115	4,052,635	9,202,598	9,265, 797	3,957,052	6, 804,903	8,532, 293	4,109,022	6,910,195	65,507, 610

For more on the Angola Refugee Response see: <https://data2.unhcr.org/en/country/ago>